

**DOCUMENTO FINAL DA I CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
DE SÃO LEOPOLDO/RS  
05 de julho de 2011**

**1. Eixo 1 - Avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional – este Eixo tem o objetivo de avaliar o estado da Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios, regiões ou territórios.**

**1. Que programas, projetos ou ações de SANS são desenvolvidos?**

- # PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- # PAA- Programa Aquisição de Alimentos;
- # Hortas Comunitárias;
- # Banco de Alimentos do Vale dos Sinos;
- # PASEC- Programa de Ação Socioeducativa na Comunidade (UNISINOS);
- # Serviços de Proteção e Fortalecimentos de Vínculos;
- # Assessoria técnica da EMATER aos agricultores locais;
- # ESF - Estratégia Saúde da Família;
- # SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional;
- # Programa Bolsa Família.

**2. Os programas, projetos ou ações são desenvolvidas na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, da Soberania Alimentar e com intersetorialidade?**

Os programas são desenvolvidos na perspectiva do DHAA. No entanto em relação à intersetorialidade e Soberania Alimentar ainda é preciso avançar, pois as ações ainda são compartimentalizadas.

**3. Quais os papéis da Sociedade Civil e do Governo nos programas, projetos e ações de SANS?**

- Monitoramento de ambas;
- Execução por parte do governo;
- Qualificação dos executores;
- Prestação de contas dos programas à sociedade por parte do governo;
- Compromisso e responsabilidade com a política de Segurança Alimentar de ambas.

**4. Quais as dificuldades encontradas e perspectivas para a realização da SANS?**

- As cantinas escolares nem sempre oferecem opções de alimentos e/ou preparações saudáveis para serem adquiridas pelos estudantes. Nas escolas públicas a questão é ainda mais preocupante porque se infere que a alimentação comercializada “compete” com a alimentação oferecida pela escola, que é acompanhada por nutricionistas e tem recurso público para sua realização;
- Pesquisas realizadas no município apontam uma alta prevalência de excesso de peso entre os estudantes do ensino fundamental. A alimentação escolar de qualidade e o desenvolvimento de projetos educativos relacionados ao tema podem contribuir para a melhora desta situação;
- Devido a vulnerabilidades sociais diversas, muitas famílias ainda convivem com a fome. Uma das estratégias para enfrentar este problema é a permanência das crianças e adolescentes na escola, garantindo no mínimo uma refeição balanceada. Vale destacar que estudante que se alimenta adequadamente aprende mais e melhor, potencializando suas chances de concluir a educação básica e possibilitando melhores condições para inserção no mercado de trabalho e conquista de uma renda digna;
- As feiras de produtores rurais contempla poucos agricultores locais. Existem dois modelos de feiras populares. Tem as feiras tradicionais, antigas que não contempla todos os pequenos agricultores. São feiras organizadas por administrações passadas e que

contemplou alguns agricultores. E alguns desses agricultores nem são de São Leopoldo. Também esses agricultores compram produtos da CEASA (não orgânicos) e revendem nessas feiras. Por outro lado existe as feiras organizada pela prefeitura e a EMATER ou ASCAR e estas feiras procura incluir e contemplar todos os agricultores de São Leopoldo.

- A quantidade de alimentos arrecadados pelo Banco de Alimentos do Vale dos Sinos, OSCIP local, não dá conta da demanda das instituições cadastradas no município. Atualmente as doações são originadas principalmente do “Sábado Solidário” e de doações de empresas da região, que são poucas.

#### **5. Que propostas há diante da situação avaliada?**

- Fazer valer a Lei Municipal n. 5625/2005, que proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil em bares, cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas na cidade de São Leopoldo. Cabe destacar que também existe uma legislação estadual (Lei n. 13027 de 16/08/2008) que dispõe sobre a comercialização de lanches e de bebidas em escolas no âmbito do estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

- Estabelecer uma parceira do COMSEA/SL com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) para a fiscalização e orientação às escolas sobre a aplicação da lei;

- Incluir, nas discussões sobre as Diretrizes Curriculares da Educação desde a Educação Infantil até as etapas finais e EJA, promovidas pela SMED, a interdisciplinaridade da Educação Alimentar;

- Investir na Formação Continuada dos Professores e Funcionários das Escolas públicas e privadas, salientando a importância da Educação Alimentar e como trabalhar a questão com os Educandos;

- Promover formação em Segurança Alimentar e Nutricional para as equipes das organizações não governamentais inscritas no COMSEA, CMAS e outros conselhos;

- Incentivar a valorização dos produtos da Agricultura Familiar produzidos por agricultores de São Leopoldo, através da organização de Feiras semanais em parceira com a SEMEDES, possibilitando a exposição e comercialização destes produtos;

- Criar um selo de qualidade e certificação municipal para os produtos agrícolas produzidos sem agrotóxicos pela agricultura familiar;

- Sensibilizar as Empresas do município, no sentido de efetuarem doações ao Banco de Alimentos;

**Eixo 2 – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - *Compromisso político do governo e da sociedade civil com a implantação do SISAN deve conter os seguintes tópicos:***

#### **1. Há conhecimento sobre a constitucionalidade do Direito Humano à Alimentação Adequada no município que representam?**

- A proposta de conhecimento no município ainda é muito tímida.

#### **2. Há conhecimento sobre a existência legal do SISAN nacional, SISANS RS, de SISANS municipais e dos seus objetivos em termos do Direito Humano à Alimentação Adequada? Se negativo, haveria interesse em conhecer?**

- Sim. Já conhecemos a existência legal dessa política no município.

#### **3. Que vantagens a instituição e o funcionamento do SISANS podem trazer?**

1º - Acesso aos programas e projetos nacional;

2º - Poder trabalhar com políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

3º - Contribuir na solução de muitos problemas de saúde, meio ambiente, fome, produção de alimentos orgânico e não transgênicos.

#### **4. Haveria interesse na constituição do SISANS municipal? Sim.**

##### **Se positivo o que seria necessário para isso?**

- Divulgar o SISAN junto a diferentes instâncias, com vistas a instituí-lo no município de São Leopoldo.

- Elaborar Lei que crie o SISAN em nível municipal, abrangendo o COMSEA, a Conferência de Segurança Alimentar, a Constituição da Câmara Intersecretarias e o Fórum da Sociedade civil.
- Promover a criação dos espaços componentes do SISAN ainda não existentes no município: Câmara Intersecretarias e o Fórum da sociedade civil.

**5. O que é necessário para o funcionamento e consolidação do SISANS onde esse já existe?**

**Eixo 3 – Política e Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional -**  
*Indicação de prioridades para o plano Municipal e para os Planos Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, contendo os seguintes tópicos:*

**1. Os programas e ações já desenvolvidos têm relação com a Política e a Plano de SANS?**

- Embora não tendo o Sistema e o Plano pronto, as ações e políticas são na linha de SANS

**2. Quais as vantagens do estabelecimento de Política e Diretrizes para direcionar a elaboração de um Plano de SANS ?**

- Construir o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser aprovado pelo COMSEA, garantindo a transversalidade das políticas públicas;
- Ao estabelecer política e diretrizes, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser aprovado pelo COMSEA, garante a transversalidade das políticas públicas;

**3. Que programas e ações são sugeridos para criar (ou manter/ampliar) o Plano de SANS?**

- Garantir que as representações da Sociedade Civil e do Poder Público no COMSEA tenham autonomia para propor sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Elaborar instrumentos de publicização de informações acerca de investimentos, de monitoramento e avaliação dos diferentes programas e ações relacionados ao SISAN;
- Garantir que os resultados dos Diálogos Regionais (que antecederam as conferências em âmbito municipal) e que tenham relação direta com o SISAN sejam incluídos no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Organizar um projeto de formação em Segurança Alimentar e Nutricional voltado à sociedade em geral;
- Formar quadro técnico municipal para apoio às atividades de agricultura urbana e periurbana;
- Criar um Restaurante Popular.

**Responsável pela elaboração do relatório final:**

**- Ireno Massoco**